

Conselho de Escolas diz que MEC está a ser “comandado” pelo Instituto de Avaliação

Educação
Graça Barbosa Ribeiro

Presidente do órgão formado por directores acusa MEC de ter assumido um despacho que pode deixar alunos sem aulas

O presidente do Conselho das Escolas (CE), José Eduardo Lemos, afirmou ontem que “o Ministério da Educação e Ciência (MEC) está a ser comandado pelo Instituto de Avaliação Educativa (Iave)”, que, na sua opinião “anda em roda-livre, a prejudicar escolas, alunos, pais e professores”. Referia-se ao facto de os directores escolares terem sido surpreendidos na terça-feira por um despacho que determina a dispensa de dois dias aos classificadores dos exames do 4.º e do 6.º ano, o que, alerta, “poderá deixar alunos sem aulas”.

Em causa está a publicação na página do Iave de um despacho do secretário de Estado Ensino Básico e Secundário, com base numa proposta daquele instituto. No documento, que tem data de 15 de Abril, mas não foi comunicado oficialmente aos órgãos de gestão das escolas, estabelece-se que estes deverão garantir a dispensa de dois dias da componente lectiva aos professores que vão corrigir as provas de Português e de Matemática, feitas esta semana por 100 mil alunos do 4.º ano e 110 mil do 6.º.

Sublinhando que consideram a dispensa justa, os presidentes das duas associações nacionais de directores avisaram na passada quarta-feira que a maior parte das escolas não tem recursos humanos para garantir simultaneamente o cumprimento dessa e de outra orientação do mesmo despacho, que determina que cabe aos “órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas (...) no âmbito da sua autonomia, desencadear os procedimentos necessários para assegurar a continuidade das actividades lectivas dos alunos das turmas dos professores envolvidos, durante as dispensas concedidas”. “Uma impossibilidade real, que gente de gabinete, desconhecadora na realidade, pelos vistos, não sabe avaliar”, reforçou ontem Eduardo Lemos.

O presidente do CE, um órgão consultivo do MEC constituído por directores escolares, considera que aquele “se deixa comandar por um instituto público”, ao “assumir um despacho que coloca em causa o fun-



Dispensa dos professores que corrigiram exames abre polémica

cionamento das escolas, sem olhar a consequências”. E diz ser “inadmissível” que o despacho “não tenha sido dado conhecer aos órgãos de gestão das escolas pelos meios institucionais e em devido tempo”, mas sim publicado na página do Iave, “entre os dias de realização dos exames de Português e de Matemática”.

José Eduardo Lemos disse ainda que “o poder desmesurado do Iave é tanto mais surpreendente quanto”, na sua perspectiva, “tudo o que se relaciona com a avaliação tem corrido mal”. E cita o caso do teste diagnóstico de Inglês, por, segundo diz, este ter “afectado o funcionamento das escolas” e por “não ter sido garantido o número suficiente de professores classificadores”; e também o facto de as provas do 4.º e do 6.º anos, feitas com as actividades lectivas a decorrer, esta semana, “terem obrigado as escolas a fecharem as portas a muitos dos restantes alunos”.

Demasiados percalços

Eduardo Lemos diz não ter dúvidas sobre a forma como os directores devem agir, em relação ao problema mais recente. “Sendo o serviço de exames, por norma, prioritário, devem garantir as dispensas. Se depois houver professores com componente não lectiva disponíveis para substituir os docentes dispensados muito bem; se não houver, infelizmente os alunos terão de ficar em suas casas, os pais terão de perceber”, disse.

Jorge Ascensão, da Confederação Nacional das Associações de Pais, lamentou a situação criada “por um despacho” que, na sua opinião, “era completamente desnecessário”. “Já são demasiados os percalços e constrangimentos causados num único período escolar”, criticou, frisando

que o contacto com directores lhe permitiu perceber que, ainda que os alunos fiquem nas escolas, não poderão ter a actividade lectiva normal, com docentes de Matemática e de Português, durante a dispensa dos professores titulares. Isabel Cristóvão, da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, criticou “a falta de planeamento e a tomada de medidas em cima do acontecimento” e reclamou que “as aulas de que os alunos foram e venham a ser privados sejam repostas ainda este ano lectivo”.

Em resposta às questões colocadas pelo PÚBLICO, o MEC ignorou as críticas dos representantes dos directores e do CE e não explicou por que não lhes deu conhecimento oficial do despacho em tempo útil e através dos canais oficiais. Especificou que a dispensa não tem de ser concedida a todos os professores em simultâneo e que podem ser dadas ao longo de 13 dias úteis (até 9 de Junho). Estes, nota, podem ir para além do termo do ano lectivo que no caso do 4.º ano ocorre entre 6 e 13 de Junho e no do 6.º ano está marcado para o dia 6 do mesmo mês.

O Iave não comentou ainda as declarações do presidente do CE. Este instituto sucedeu ao Gave, um serviço central do MEC que tinha por missão desempenhar, no âmbito da componente pedagógica e didáctica do sistema educativo, funções de planeamento, coordenação, elaboração, validação, aplicação e controlo de instrumentos de avaliação externa das aprendizagens. A criação do instituto visou, segundo Nuno Crato, conferir-lhe “plena independência técnica, pedagógica e científica” e garantir “estabilidade e independência na elaboração dos exames”.